



ANÁLISE DOS RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS ÀS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS EM ILHÉUS, BAHIA

Noilma Regina Souza Novais
Marco Aurelio Avila

Universidade Estadual de Santa Cruz – Brasil

Resumo: A Educação Física como componente curricular obrigatório da Educação Básica necessita de espaços e materiais adequados para realizar suas atividades. Assim, o objetivo neste estudo foi analisar os recursos físicos e materiais utilizados nas aulas de Educação Física em 16 escolas públicas estaduais da zona urbana do município de Ilhéus, na Bahia. A pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória. A técnica de investigação adotada foi a observação sistemática, em que o instrumento empregado foi um diário de campo criado para registrar as observações realizadas. De modo geral, tanto a quantidade quanto a qualidade dos espaços e materiais foram considerados insuficientes e/ou precários nas escolas públicas estaduais da zona urbana de Ilhéus. Constatou-se que a falta e/ou a insuficiente quantidade desses recursos, indispensáveis às aulas de Educação Física, ocasiona transtornos ao cotidiano escolar, limitando a práxis do professor que tende a ajustar e adaptar seu planejamento, provocando insatisfação com o ambiente de trabalho e, conseqüentemente, restringindo o aluno a determinadas práticas corporais e esportivas. A Escola Pública não pode ser deixada ao acaso. Ela precisa ser entendida como instituição educacional que prima pela qualidade de ensino dos educandos, em detrimento da quantidade dos recursos encontrados.

Palavras-chave: recursos físicos; materiais; Educação Física escolar.

INTRODUÇÃO

A Educação Física no cenário educacional brasileiro, após várias releituras da sua funcionalidade e interdisciplinaridade, tem se estabelecido como componente curricular obrigatório da educação básica.

Ao estudarmos a legislação educacional brasileira concernente ao conceito de Educação Física e a sua aplicabilidade na educação básica, podemos perceber que ela surge como atividade que busca apenas a preparação física dos alunos para atuarem no mercado de trabalho de forma essencialmente produtiva e eficiente.

Essa concepção, após 25 anos da Lei 5.692 de 1971, é revista pela nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Nessa reformulação, a Lei de Diretrizes e Bases de 9.394/96, a Educação Física passa a ser considerada componente curricular: “a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos” (BRASIL, 1996).

Com essa reformulação, a Educação Física dá um salto qualitativo, pois deixa de ser uma atividade

extracurricular, sem comprometimento formativo educacional, e passa a ser entendida como componente curricular, se equiparando a outras disciplinas do currículo.

Para entender o que significa componente curricular, Souza Júnior (2001, p. 3), expõe:

[...] que um componente curricular é, no sentido de matérias de ensino, não apenas um constituinte do rol de disciplinas escolares, mas um elemento da organização curricular da escola que, em sua especificidade de conteúdos, traz uma seleção de conhecimentos que, organizados e sistematizados, devem proporcionar ao aluno uma reflexão acerca de uma dimensão da cultura e que aliado a outros elementos desta organização curricular, visa contribuir com a formação cultural do aluno.

A partir do que Souza Júnior (2001) afirma, podemos concluir que a disciplina de Educação Física consegue se inserir como componente curricular na escola, com uma seleção de conhecimentos que devem ser proporcionados aos alunos de forma sistematizada.

Apesar do avanço dado à Educação Física na alteração do conceito de atividade extracurricular para componente curricular, Souza Júnior (2001, p. 3) afirma que na Lei 9394/96 “a facultatividade da Educação Física nos cursos noturnos indicava ainda algum resquício das concepções que orientavam as LDBs de 1961 e 1971”.

Nesse sentido, a Educação Física não avançou com referência às dispensas das suas aulas, pois, como citado anteriormente, os alunos que se enquadrassem em características apontadas pela LDB poderiam ser liberados de frequentar as aulas práticas, o que nos leva ao entendimento que para alguns alunos o conhecimento acerca da cultura corporal do movimento poderia ser negado.

Com o intuito de tornar a Educação Física indispensável a todos os níveis de ensino, em 2001 houve uma alteração na LDB, no art. 26, parágrafo 3º, que a colocou como componente curricular obrigatório da educação básica. Percebe-se que mesmo com essa alteração, a Educação Física ainda continua sendo facultada aos alunos do turno noturno, visto que estes não são oportunizados com as vivências corporais proporcionadas por tal componente curricular.

Na tentativa de buscar um melhor entendimento sobre as dispensas concedidas às aulas de Educação Física no noturno, a Lei n. 10.793/2003 altera, mais uma vez, a redação do art. 26, parágrafo 3º da Lei 9394/96 que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, e dá outras providências:

A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

- I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
- II – maior de trinta anos de idade;
- III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;
- IV – amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969;
- V – (VETADO)
- VI – que tenha prole (BRASIL, 2003).

Diante do texto supracitado, a LDB continua preconizando que a Educação Física, mesmo sendo componente curricular obrigatório, não se solidifica completamente na escola, já que atende mais uma vez, às dispensas de suas aulas práticas para alguns alunos.

Ao analisarmos tentativas de elucidar o papel da Educação Física no processo educacional brasileiro, percebemos que essas mudanças na legislação não avançam significativamente, pois como nos aponta Souza Júnior e Darido (2009, p. 4),

[...] não é difícil concluirmos que apesar de suprimir a facultatividade da Educação Física nos cursos noturnos, a Lei 10.793 de 2003 representa um retrocesso de mais de 30 anos no que diz respeito aos pressupostos que respaldam os conhecimentos da área de Educação Física.

Apesar de a Educação Física ainda apresentar retrocessos concernentes às dispensas das aulas práticas, ela avança com o conceito de componente curricular, pois estabelece e traz uma seleção de conteúdo/ conhecimentos da cultura corporal de movimento que devem ser organizados e sistematizados para contribuir na formação de um aluno autônomo, crítico e reflexivo sobre a realidade que o cerca.

A presente pesquisa partiu da inquietude em perceber que os professores de Educação Física, por muitas vezes, são limitados em desenvolver a sua efetiva prática pedagógica nas escolas, em virtude de não possuírem espaços e materiais adequados e necessários às vivências corporais, haja vista, ser uma disciplina que trata da cultura corporal de movimento, pois possibilita ao aluno a oportunidade de se expressar, de experimentar e poder se desenvolver de forma global, e deve se integrar ao cotidiano escolar e demonstrar sua importância como componente curricular obrigatório como reza o § 3º do art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, com alteração no ano de 2001.

Esta investigação parte da premissa de que a Escola Pública não pode ser deixada ao acaso. Ela precisa ser entendida como instituição educacional que prima pela qualidade de ensino dos educandos, não podendo ser afetada por aspectos qualitativos e estruturais. Toda Escola Pública deve ser gratuita e de qualidade e, por isso, não deve se submeter à falta de interesse público nem tão pouco se acomodar com a realidade na qual está inserida, devendo sim buscar alternativas que amenizem as dificuldades existentes.

Diante do que foi exposto, o presente estudo teve como objetivo geral analisar os recursos físicos e materiais utilizados nas aulas de Educação Física na zona urbana das escolas estaduais do município de Ilhéus, na Bahia. E como objetivos específicos observar e descrever os espaços próprios e alternativos utilizados para as aulas de Educação Física, bem como seu estado de conservação, iluminação e higiene, além de observar e descrever os recursos materiais disponibilizados às aulas de Educação Física, bem como seu estado de conservação e higiene.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em relação à importância dos espaços e materiais destinados às aulas de Educação Física, Peres (2001) afirma que, pelas necessidades específicas que este componente curricular tem para trabalhar a cultura corporal de movimento, ele carece de espaços, materiais e tempos adequados para realizar as atividades propostas e abordar todo o conhecimento social e cultural adquirido ao longo do período decorrido.

Segundo Dagostin, Vasconcelos e Silva (2011), faz-se necessário que outros locais sejam criados para a realização das aulas de Educação Física, principalmente aqueles relacionados a outras manifestações da cultura corporal do movimento, fato que poderá favorecer para um maior envolvimento dos alunos com outras atividades físicas.

Por meio de atividades lúdicas, diversificadas, prazerosas, com adequação da infraestrutura da escola e aquisição de um maior número de recursos materiais, aliados a fatores internos como prazer, motivação etc., observa-se a importância em elevar a qualidade das aulas ministradas, aumentando o grau de satisfação dos alunos, motivando-os às práticas (BENTO; RIBEIRO, 2008).

No que diz respeito aos problemas em não ter espaços e materiais, Nascimento (2011) afirma que os professores de Educação Física da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro encontram-se esgotados e desmotivados, pois reclamam da baixa remuneração, más condições de trabalho, higiene e manutenção deficitária das quadras e materiais pedagógicos insuficientes e/ou inexistentes.

Dagostin, Vasconcelos e Silva (2011) verificaram que, diante da privação dos espaços para as aulas de Educação Física, é habitual a partilha de um espaço comum por duas ou mais turmas no mesmo horário, gerando com isso um elemento negativo à prática docente.

Em relação a não participação nas aulas de Educação Física, Bento e Ribeiro (2008) observaram que as precárias condições da escola são a principal causa, seguida pela falta de interesse maior dos alunos da 8ª série, em que estes participam menos das aulas em relação aos alunos da 5ª, 6ª e 7ª séries.

Sanchotene e Molina Neto (2010) revelam que o contexto, os aspectos físicos e a relação com a comunidade escolar exercem grande influência na prática pedagógica diária dos professores, os quais limitam as opções (atividades), conteúdos trabalhados, bem como o relacionamento professor/aluno que se dá de forma hierárquica. A própria prática desses profissionais serve como meio de reflexão para eles.

De acordo com Martins e Felker (2008), é sabido também que essa mudança não ocorrerá brevemente, contudo, há de se ter uma preocupação com os alunos que estão privados da prática destas aulas, sem obter com isso, os ganhos no seu desenvolvimento corporal e mental.

Sandri (2007) afirma que a falta de materiais e espaços físicos adequados levam os professores ao imprevisto, obrigando-os a serem criativos, construindo materiais, e a serem flexíveis nos seus planejamentos, assumindo com responsabilidade sua função, limitando a aplicação dos conteúdos selecionados.

Em estudo realizado por Canestraro, Zulai e Kogut (2008), cujo objetivo foi analisar a Educação Física na rede pública da cidade de Paranaguá, Paraná, o foco principal foi mostrar que algumas dificuldades enfrentadas pelos professores, como a falta de material e infraestrutura ao ministrarem suas aulas, interferem e prejudicam seu trabalho diário.

Referindo-se ainda à falta de espaços destinados às aulas de Educação Física, Dagostin, Vasconcelos e Silva (2011), em estudo realizado em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, constataram que, das seis escolas analisadas, todas possuíam quadras cobertas o que se configura um fator relevante para a participação dos alunos nas aulas, diminuindo assim a evasão, bem como a não exposição solar tanto para os discentes quanto para os docentes. Também foram encontrados na maioria das referidas escolas pátios, pátios cobertos e parques infantis, ampliando assim os espaços destinados às práticas corporais.

Matos et al. (2011), em pesquisa realizada em oito escolas públicas de Amargosa/BA, cuja finalidade era conhecer os espaços e materiais destinados às aulas de Educação Física, observou que das sete quadras existentes apenas duas encontravam-se em boas condições de uso. Cinco delas estavam com os pisos esburacados e soltos e apenas duas eram cobertas. Nenhuma possuía espaço próprio para ginástica, dança e lutas. Em uma das instituições havia uma piscina pouco utilizada e ainda um campo de futebol sem manutenção e utilização por falta de professor com formação específica. De modo geral, os espaços e instalações das escolas públicas da referida cidade encontram-se em situação precária, de modo que se evidenciaram a desvalorização da Educação Física nas instituições, tanto por parte dos órgãos públicos, quanto pelos próprios membros da comunidade escolar, visto que também ocorreu a falta de formação específica dos professores.

Em estudo feito no município de Arroio do Sal, Rio Grande do Sul, Martins e Felker (2008) afirmam que as escolas da rede municipal carecem de instalações esportivas para a prática da Educação Física e, para que este quadro mude, devem acontecer esforços dos políticos, dos poderes públicos e da comunidade.

No que concerne à falta de materiais, Dagostin, Vasconcelos e Silva (2011), em análise dos materiais disponíveis destinados à Educação Física em Campo Grande, encontraram em todas as seis escolas pesquisadas um vasto e diversificado material esportivo como bolas (esportivas e de borracha), cones, coletes, cordas, colchonetes, arcos, plintos e petecas.

Martins e Felker (2008) afirmam também que a disponibilidade de recursos materiais para as aulas de Educação Física é tão escassa quanto às instalações desportivas, porém, as aulas acontecem de forma adaptada onde são criadas situações que promovam a inclusão de todos os educandos estimulando o aprendizado e vivências positivas e que ainda os professores procuram fora da escola subsídios de apoio à sua prática docente.

MATERIAL E MÉTODO

Esta pesquisa se caracteriza como descritiva e exploratória que, de acordo com seus objetivos, torna-se mais eficiente para promover uma nova visão do problema evidenciado (GIL, 2002) e, segundo Oliveira (1999), tem por intenção observar, registrar e analisar os fenômenos sem, contudo, intervir no mérito do seu conteúdo.

O locus do estudo foram as escolas públicas estaduais da zona urbana de Ilhéus, perfazendo um total de 16 (dezesseis), conforme informação obtida na Coordenação de Educação Física e Esporte Escolar da Diretoria Regional de Educação – DIREC 06.

A técnica de investigação ocorreu por meio da observação sistemática dos espaços e materiais existentes para as aulas de Educação Física no âmbito escolar.

De acordo com Marconi e Lakatos (2002), a observação sistemática é uma técnica de investigação em que o investigador planeja e controla o que observar de forma sistematizada, utilizando-se geralmente de quadros, anotações, escalas, dispositivos mecânicos, dentre outros.

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se um diário de campo, criado a partir de leituras de pesquisas realizadas por outros autores, especificamente, para registrar as observações feitas a respeito dos espaços e materiais existentes e empregados nas aulas de Educação Física. Os dados foram analisados através da estatística de tendência central (frequência absoluta).

A tabulação ocorreu por meio do programa Microsoft Office Excel 2007.

Foram analisados os espaços próprios e alternativos para as aulas de Educação Física nos ambientes escolares pesquisados e, mediante dados obtidos, criaram-se tabelas e gráficos que permitiram uma melhor caracterização e detalhamento das informações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estrutura física

Quando analisada a estrutura física disponível para as aulas de Educação Física de cada escola, se observa que das 16 escolas visitadas, nenhuma possui quadra coberta, nove possuem quadras, duas possuem quadra de areia e apenas uma possui campo de futebol. Os referidos espaços encontram-se em estado de conservação ruim, com iluminação precária e higiene razoável. Nenhuma delas possui vestiários e/ou banheiro. Também não foram encontradas salas próprias para prática de lutas, danças e ginástica.

Além de caracterizar a Educação Física como componente curricular obrigatório, a LDB no seu artigo 4º expõe que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: “IX- padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem” (BRASIL, 1996).

Para Matos et al. (2011, p. 102):

A cada dia que passa a Educação Física vem sendo negligenciada, já que os recursos e espaços indispensáveis para sua atuação, não são disponibilizados nas escolas, e quando há existe de forma precária, o que prejudica a realização de uma boa aula.

Para Moreira (2010, p. 12-13), dos espaços transitórios à quadra houve uma evolução histórica:

Certamente a quadra, não é só um espaço ou local, é o território emblemático da disciplina; mas há de se estudar outros indícios de como ela acontece, os espaços alternativos disponíveis, os materiais e equipamentos usados nas aulas, os locais reservados a seu armazenamento, os troféus, as festas e outras manifestações, e o papel decisivo da gestão. As políticas públicas e a direção, com suas atitudes e ações revelam como o poder do controle é negociado. Se a direção não apoia a Educação Física, ela não acontece nem como espaço, nem como local; muito menos como território. As verbas públicas destinadas à compra de equipamentos e materiais, a intervenção da U.E., e os recursos provenientes da Associação de Pais e Mestres (APMs), evanescem-se em outras “prioridades”, não se disponibilizam tempos escolares para os campeonatos, os festivais, as apresentações ou a alegria.

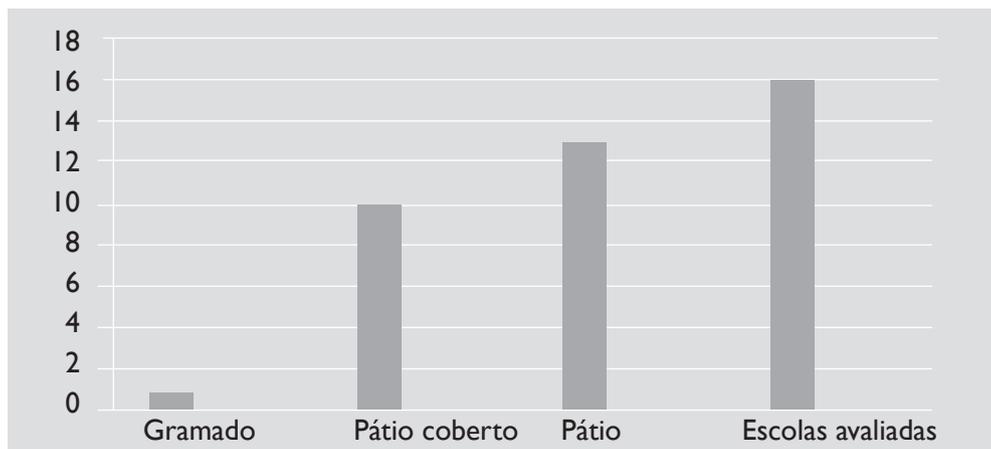
Para os professores de Educação Física, falar em “levar em consideração os interesses e necessidades dos alunos” retrata uma práxis constante por parte dos especialistas em educação e dos governantes. O que acontece realmente é a falta de espaço e materiais adequados para que os alunos possam praticar a Educação Física no inverno ou verão, com chuva ou sol, no frio ou calor (SANDRI, 2007).

Espaços alternativos

Em relação aos espaços alternativos, conforme mostra o Gráfico I, apenas uma escola possui gramado, porém situado em terreno desnivelado, irregular e com poças de água. Dez possuem pátios cobertos e apenas três não possuem pátios abertos. Os pátios cobertos são utilizados também como auditórios, refeitórios, para exposição de murais informativos, como espaço para ensaios, apresentações e também durante as aulas vagas. A maior parte encontra-se em bom estado de conservação, com piso de cerâmica, paredes pintadas, azulejadas, com iluminação natural e artificial e boa ventilação. Os pátios abertos são de piso rústico, iluminação natural, a maioria em frente às salas de aula e pouco utilizados para as aulas de Educação Física.

Gráfico I

Estruturas alternativas que podem ser usadas para as aulas de Educação Física



Fonte: Elaborado pelos autores.

Canestraro, Zulai e Kogut (2008), indicam em seu estudo que para atenuar as dificuldades encontradas, alguns professores relataram que se utilizam de aulas teóricas sobre o movimento que irá realizar; orientam seus alunos a aperfeiçoar os movimentos em casa; e usam a criatividade para criar brinquedos a partir de materiais alternativos e recicláveis, adaptando-se às dificuldades e não esperando que a organização de ensino se ajuste ao seu trabalho.

Segundo Matos et al. (2011), a falta de vestiários também foi pontuada como motivador da evasão nas aulas por parte dos alunos que reclamam por terem que voltar à sala de aula sem a devida higienização.

Para Nascimento (2011), torna-se imprescindível pensar em condições dignas de trabalho para estes professores e demais profissionais da educação, em vez de fatores motivacionais e eficazes que tendem a explorar ainda mais estes trabalhadores.

Ainda no que diz respeito à satisfação ou não com as aulas de Educação Física, Bento e Ribeiro (2008) afirmam que os fatores internos, como prazer, motivação, vontade própria, são relevantes e devem ter atenção especial dos professores e responsáveis pela escola para cativar os alunos, proporcionando, através de atividades lúdicas, diversificadas, prazerosas, com adequação da infraestrutura da escola e aquisição de um maior número de recursos materiais, sua motivação às práticas.

Professores e alunos não são os vilões, culpados pela qualidade e imagem da Educação Física e sim, vítimas da falta de atenção dada pelos governantes que não dispõem as verbas necessárias para sanar os problemas encontrados. Enquanto isso, os profissionais da área têm que se desdobrar para inventar, incrementar, inovar, adaptar, atrair etc., para que o olhar marginalizado (muitas das vezes) da sociedade seja mudado (BENTO; RIBEIRO, 2008).

Recursos materiais

Conforme exposto nas tabelas 1 e 2, dos materiais observados, as bolas de vôlei foram encontradas em todas as escolas pesquisadas. A maioria das escolas apresentou bolas de handebol, basquete, futebol, futsal, de borracha, arcos, cones, cordas, colchonetes, petecas e uma grande quantidade de coletes, todos em bom estado de conservação, porém em quantidades insuficientes.

Outros materiais também foram encontrados, como: redes de futsal, de vôlei, basquete, uniformes esportivos, tatame, *medicinebol*, jogos de xadrez, dama, minitrave, bastões, bolas plásticas, kits de frescobol e corda elástica. Em uma das escolas foram encontrados *skates*, material para a prática do *slackline* e em outra constava saco para soco, instrumentos como berimbau, timbale, pandeiro, calças para prática da capoeira, joelheiras e materiais para prática do *taekwondo*.

Tabela 1

Recursos materiais utilizados nas aulas de Educação Física

ESCOLA	BOLA DE VÔLEI	BOLA DE HANDEBOL	BOLA DE BASQUETE	BOLA DE FUTEBOL	BOLA DE FUTSAL	BOLA DE BORRACHA
1	10	02	-	01	03	-
2	08	08	08	-	08	-
3	01	-	01	02	01	-
4	05	-	10	01	03	-
5	20	20	20	20	20	10
6	04	04	05	-	03	10
7	05	05	05	05	05	-
8	07	02	06	04	05	-

9	10	20	10	-	-	-
10	05	04	08	02	04	-
11	01	-	-	-	01	-
12	03	02	02	02	04	08
13	15	20	15	20	14	05
14	-	-	-	-	02	-
15	04	01	02	05	08	02
16	04	06	04	-	02	15

Fonte: Elaborada pelos autores.

Figura 2

Recursos materiais utilizados nas aulas de Educação Física

ESCOLA	ARCO	CONE	COLETE	CORDA	COLCHONETE	PLINTO	PETECA
1	-	15	40	06	04	-	02
2	-	12	15	-	12	-	-
3	-	05	20	-	-	-	02
4	-	05	12	10	20	-	10
5	20	24	30	20	10	-	15
6	-	05	10	06	10	-	-
7	20	20	20	02	30	-	10
8	-	-	20	-	08	-	-
9	30	05	-	50	-	-	-
10	-	-	-	-	-	-	30
11	-	-	15	-	-	-	-
12	-	-	-	-	-	-	-
13	06	20	20	20	02	-	06
14	-	-	-	-	-	-	-
15	12	12	605	04	-	-	08
16	20	15	50	02	15	-	08

Fonte: Elaborada pelos autores.

De acordo com Matos et al. (2011), não basta apenas a presença de materiais e espaços adequados para assegurar sua importância nas aulas de Educação Física, também é importante possibilitar outros benefícios como a segurança dos alunos e dar-lhes oportunidade de vivenciar vários outros conteúdos da Educação Física, não restringindo apenas à prática esportiva. Afirmam ainda que as adaptações são relevantes quando são necessárias, não devendo ser uma práxis pedagógica.

Comparando com outro estudo sobre materiais destinados às aulas de Educação Física em Amargosa/BA, Matos et al. (2011) observaram que as bolas de vôlei e de futsal foram as mais encontradas, porém a maioria estava desgastada. Também foram vistos jogos de mesa em cinco escolas, utilizados por professores de outras áreas que assumiam as aulas de Educação Física. Em uma das instituições, foram encontrados um pebolim e uma mesa de pingue-pongue muito utilizados nos dias de chuva. Em três escolas havia colchonetes, sendo que, em uma delas, nunca tinham sido usados, enquanto nas outras duas, estavam desgastados e alguns sujos. Bastões e halteres, apesar de constarem em uma das escolas, eram pouco usados.

De acordo com Silveira (2002), a realidade observada nas aulas de Educação Física em caráter nacional evidencia a predominância do esporte, ao mesmo tempo em que os professores são bastante tradicionais na sua prática pedagógica, gerando certa conveniência, podendo estar relacionada à baixa remuneração, falta de estrutura e material didático, falta de formação continuada e, principalmente, ao não reconhecimento da comunidade e da unidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas necessidades específicas que a Educação Física tem em relação aos recursos físicos e materiais, constatou-se nesta pesquisa que, mesmo existindo estrutura própria, nem sempre os recursos materiais são suficientes e apropriados para a prática pedagógica, o que ocasiona transtornos ao cotidiano escolar, limitando e dificultando o trabalho do professor, ocasionando insatisfação com o ambiente de trabalho e, conseqüentemente, restringindo o aluno a determinadas práticas corporais e esportivas.

Ambos os recursos na maior parte das aulas são empregados de forma improvisada, levando os professores a serem flexíveis nos seus planejamentos, adequando e adaptando a todo o tempo os recursos disponíveis, tentando assim aproximar-se do mínimo ideal para uma aula satisfatória.

A Escola Pública não pode ser deixada ao acaso. Ela precisa ser entendida como instituição educacional que prima pela qualidade de ensino dos educandos, não podendo ser diferenciada por aspectos qualitativos e estruturais. Toda Escola Pública deve ser gratuita e de qualidade e, por isso, não deve se submeter à falta de interesse público nem tão pouco se acomodar com a realidade na qual está inserida.

ANALYSIS OF PHYSICAL RESOURCES AND MATERIALS TO SCHOOL OF PHYSICAL EDUCATION IN PUBLIC SCHOOLS IN STATE ILHÉUS, BAHIA

Abstract: The Physical Education curriculum as a compulsory component of basic education requires adequate space and materials to carry out their activities. The objective of this study is to analyze the physical and materials used in physical education classes in sixteen public schools in the urban area of the municipality of Ilhéus, Bahia, resources. The research is characterized as descriptive and exploratory. The technique adopted was the systematic observation research, in which the instrument was created a diary to record the observations. Overall, both the quantity and the quality of spaces and materials were considered insufficient and/or poor state public schools in the urban area of Ilhéus, Bahia. It was found that the lack and/or insufficient quantity of water resources, essential to physical education classes, causes inconvenience to school daily, limiting the practice teacher who tends to adjust and adapt their planning, causing dissatisfaction with

the work environment and thus restricting the student body and to certain sports. A public school can not be left to chance. It needs to be understood as an educational institution that values the quality of education of students and can not be affected by qualitative and structural aspects.

Keywords: physical resources; materials; school Physical Education.

REFERÊNCIAS

- BENTO, L. C. M.; RIBEIRO, R. D. As aulas de Educação Física na concepção dos alunos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental da cidade de Indianópolis - MG. **Motrivivência**, ano XX, n. 31, p. 354-368, 2008.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia de Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 ago. 2012.
- BRASIL. Lei n. 10.328, de 12 de dezembro de 2001. Introduz a palavra “obrigatório” após a expressão “curricular”, constante do § 3º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia de Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10328.htm>. Acesso em: 10 ago. 2012.
- BRASIL. Lei n. 10.793, de 1º de dezembro de 2003. Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, e dá outras providências. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia de Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.793.htm>. Acesso em: 10 ago. 2012.
- CANESTRARO, J. F.; ZULAI, L. C.; KOGUT, M. C. Principais dificuldades que o professor de educação física enfrenta no processo ensino-aprendizagem do ensino fundamental e sua influência no trabalho escolar. In: **EDUCERE**, 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2008. p. 12328-12336. Disponível em: <http://www.pucpr.edu.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/872_401.pdf>. Acesso em: Maio 2017.
- DAGOSTIN, K. U. D.; VASCONCELOS, M. S.; SILVA, J. V. P. Espaços físicos e recursos pedagógicos às aulas de Educação Física em escolas públicas de Campo Grande - MS. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO SUL DA BAHIA, 2011. **Anais...** 2011.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MATOS, J. A. B.; TEIXEIRA, D. R.; SANTOS, M. K. S.; MUNEKATA, T. A. F. Espaços e materiais disponíveis para a realização das aulas de Educação Física nas escolas públicas de Amargosa/Ba. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO SUL DA BAHIA, 2011. **Anais...** 2011.
- MARTINS, L.; FELKER, M. F. C. Estudo diagnóstico sobre a Educação Física nas escolas públicas nas séries iniciais de ensino fundamental no município de Arroio do Sal – RS. **Revista Cinergis**, v. 9, n. 2, p. 1-14, 2008.
- MOREIRA, J. C. C. **Passos e espaços da consolidação da Educação Física no patrimônio escolar**. UNESP – Araraquara, 2010.

NASCIMENTO, I.A.A. A precarização do trabalho docente em Educação Física no estado do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO. MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA, 5., 2011, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2011.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

PERES, G. As implicações da Educação Física no âmbito escolar. **Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins**, Campinas, v. 2, n. 2, p. 231-243, 2001.

SANCHOTENE, M. U.; MOLINA NETO, V. Práticas pedagógicas: entre a reprodução e a reflexão. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, p. 59-78, 2010.

SANDRI, S. de F. Professores de Educação Física: (Des)Motivados nas práticas pedagógicas das escolas públicas estaduais de Francisco Beltrão/PR, 2007.

SILVEIRA, J. A Educação Física Escolar nas escolas públicas e os seus conteúdos: uma análise sobre a postura dos educadores acerca de seu campo de trabalho. In: ENCONTRO FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR, 6., 2002, Niterói. **Anais...** Niterói: UFF, 2002.

SOUZA JÚNIOR, M. O saber e o fazer pedagógicos da educação física na cultura escolar: o que é um componente curricular. In: CONGRESSO ESPÍRITO-SANTENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA – CEF/UFES, 6, 1999, Vitória. **Anais...** Vitória: Ufes, 2001. v. 1, p. 81-92. Disponível em: <<http://dc533.4shared.com/doc/Q-4-emLS/preview.html>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

SOUZA JÚNIOR, O.; DARIDO, S. Dispensas das aulas de Educação Física: apontando caminhos para minimizar os efeitos da arcaica legislação. **Pensar a Prática**, v. 12, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/6436>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

Contato

Noilma Regina Souza Novais
E-mail: noi_novais@hotmail.com

Tramitação

Recebido em 30 de novembro de 2013
Aceito em 12 de agosto de 2014